

O NEOLIBERALISMO E A EDUCAÇÃO BRASILEIRA: A QUALIDADE TOTAL EM QUESTÃO *NEOLIBERALISM AND BRAZILIAN EDUCATION: THE TOTAL QUALITY IN QUESTION*

Alberto Alexandre Lima Almeida¹, Maria Francinete Damasceno²

RESUMO: A emergência das ideias neoliberais, postas em prática a partir das últimas décadas do século XX, instigou uma série de transformações na estrutura produtiva do modo de produção capitalista, as quais repercutiram incisivamente na esfera educacional. O presente artigo procura tecer considerações sobre como, sob a égide do neoliberalismo, a educação se subordina a lógica do mercado e se configura como condição necessária ao ciclo reprodutivo do capital. Nessa conjuntura se sobressai o discurso da Qualidade Total em Educação, o qual procura despolitizar o caráter educativo das escolas, bem como introduzir o ranqueamento enquanto aferidor do rendimento escolar. A partir da ideia de educação como investimento, os pensadores neoliberais atribuem à educação a função de promotora da ascensão social e do desenvolvimento econômico à luz dos ensinamentos da teoria do capital humano. Para tanto, enfocam a necessidade de uma educação polivalente que possibilite ao trabalhador se adequar às novas exigências impostas pelo capital. Diante deste contexto, concluímos que a qualidade total na educação, presente no discurso neoliberal, constitui-se de um pano de fundo, pois o que se percebe são ações que conduzem à perpetuação do atendimento dos interesses da classe dominante.

PALAVRAS-CHAVE: Neoliberalismo. Educação. Qualidade Total.

ABSTRACT: *The emergence of neoliberal ideas, put into practice from the last decades of the twentieth century, instigated a series of changes in the productive structure of the capitalist mode of production, which resonated sharply in the educational sphere. This paper tries to make considerations about how, under the aegis of neoliberalism, education is subordinated to the logic of the market and is configured as a necessary condition to the reproductive cycle of the capital. At this juncture stands speech Total Quality in Education, which seeks to depoliticize the educational character of the schools, as well as introduce the ranking while gauge of the school performance. From the idea of education as an investment, neoliberal thinkers attribute to the role of education in promoting social mobility and economic development in the light of the teachings of human capital theory. Therefore, focus on the need for a multifaceted education that enables the worker to adapt to new demands imposed by capital. Given this context, we conclude that the overall quality of education, in this neoliberal discourse, consists of a background, because what is perceived are actions that lead to the perpetuation of care of the interests of the ruling class.*

KEYWORDS: Neoliberalism. Education. Total Quality.

¹ Mestre em Educação, Especialista em Educação, Graduado em Geografia.

² Mestre em Educação.



INTRODUÇÃO

A partir dos anos 60 do século XX, o *Welfare State* (Estado do Bem Estar Social), enquanto estratégia do capital para fazer frente à crise de 1929, começa a dar sinais de esgotamento, ou melhor, deixa de satisfazer os interesses da classe dominante, tornando-se, inclusive, um entrave para a nova etapa de acumulação capitalista. A ingerência do Estado na economia passa a ser vista como uma condição que engessa o circuito produtivo e emperra o desenvolvimento econômico, num momento em que a conjuntura internacional se configura num processo de globalização e mundialização da economia, a qual necessita da desregulamentação e flexibilização dos mercados.

A crise de 1973, mais especificamente, marca a ruptura com a velha ordem assistencialista-keinesiana e a imperativa necessidade, para o capital, de instituir um novo modelo de acumulação que possibilite a ampliação da margem de lucro das empresas, ao mesmo tempo em que dilapida o poder dos sindicatos. Dessa forma, emergem as ideias do neoliberalismo econômico, as quais passam a se tornar hegemônicas a partir das últimas décadas do século XX.

Na prática, as realizações do projeto neoliberal abriram caminho para a intensificação do processo de globalização que tem como condição precípua a flexibilização dos mercados e a descentralização da estrutura produtiva, como também encontra, dialeticamente, imbricações com as novas tecnologias de comunicação e informação, as quais possibilitaram uma maior celeridade na própria dinâmica de reprodução do capital.

A partir daí, pode-se compreender o neoliberalismo, assim como afirma Gentilli (2007) não apenas como um sistema econômico, mas

como um complexo processo de construção hegemônica, dotado de estratégias de poder que se implementam através de um conjunto razoavelmente regular de reformas no plano econômico, político, jurídico, educacional e etc.

Dentre os diversos planos que sofreram e sofrem influências do neoliberalismo, tendo o mercado como o centro de suas decisões, tem-se o plano educacional, no qual a escola, enquanto instituição social passa a ser pensada como uma empresa produtiva e é com essa concepção que são planejadas as estratégias que direcionam as políticas educacionais.

Nesse íterim, o objetivo desse artigo consiste em tecer considerações acerca de influências do neoliberalismo na educação brasileira, mais especificamente sobre a falácia da qualidade total em educação. Essas influências, longe de se configurarem enquanto elementos dissociados de um contexto econômico, sócio-histórico e político, constituem um projeto estratégico que visa legitimar os interesses do mercado.

A FALÁCIA DA “QUALIDADE TOTAL” EM EDUCAÇÃO

Em tempos de educação regida sob as teses neoliberais, uma palavra se destaca nos manuais acadêmicos da atualidade: qualidade. Essa palavra se configura como objetivo prioritário do discurso pedagógico. Ela tem se convertido, praticamente, em consenso para aqueles que a consideram como panacéia para solucionar todas as mazelas da educação contemporânea.

Com a massificação da educação básica, a universalização do ensino e a ampliação da escolarização universal, metas prioritárias do Estado de Bem Estar Social, soluciona-se a matriz quantitativa do problema educacional. Resta agora, segundo os teóricos da educação, solucionar a

matriz qualitativa dos problemas educacionais, sem o qual o nosso país entraria em desvantagem no meio competitivo internacional.

O programa “Escola de Qualidade Total” (EQT), desenvolvido pelo Núcleo Central de Qualidade e Produtividade, subordinado ao Ministério da Educação, se constitui como principal difusor dessa estratégia, a qual visa aplicar os princípios empresariais de controle de qualidade no campo pedagógico, pois, segundo Gentili (2007, p. 147), esta experiência:

[...] constitui o intento mais sistemático pra transformar a escola em uma instituição produtiva à imagem e semelhança das empresas. Daí que nela se façam referência aos alunos sempre em sua condição de ‘clientes-alunos’ e que se transponha – sem matizes- a semântica dos negócios à dos processos pedagógicos.

Esse programa elenca uma série de princípios a serem seguidos pelas escolas, entre os quais podemos destacar: a gestão democrática ou por liderança da escola e das salas de aula; o diretor como líder da comunidade educativa e o trabalho escolar de alta qualidade como produto de uma escola de qualidade.

Convém salientar que, nesse tipo de programa, desconsidera-se o contexto político em questão. É como se os problemas de cada escola fossem circunscritos ao que ocorre no interior do seu espaço físico, cujas soluções são encontradas numa gestão eficiente e que conte com a boa vontade de todos os segmentos da escola (diretores, professores, alunos, pais, funcionários, “amigos da escola”). Compete a esses segmentos instalar e reproduzir as condições que viabilizem a melhoria da qualidade em suas próprias escolas. Nesse sentido, para os ideólogos da Qualidade

Total, segundo Gentili (2007, p. 147) “a política, o conflito é apenas um fator que entorpece e obscurece a livre ação dos ‘atores’ educacionais para impor o prezado valor da Qualidade nas escolas”.

A partir desse prisma, da mesma forma que se mede a produtividade de uma empresa, faz-se necessário mensurar os “Índices de Qualidade” das escolas, tendo em vista que, segundo os artífices do EQT, a qualidade é uma variante que se mede e que, no caso da educação, essa medição é feita através de provas padronizadas. Tal concepção justifica a classificação e o ranqueamento das escolas, tão em moda nos dias atuais.

Nesse contexto, se estabelece uma hierarquização dos estabelecimentos educacionais, instituindo à lógica da concorrência e da competitividade entre as escolas e, no caso das instituições públicas, atrelando o montante dos recursos a elas destinados ao seu desempenho nas avaliações de qualidade.

Para o atingimento dessa tão propalada “Qualidade na Educação”, os mentores dessa concepção indicam como condição *sine qua nom* a reformulação do papel da gestão escolar, na qual se sobressai a variante técnico-economicista, em detrimento do componente pedagógico-humanista. A esse respeito, comungamos com o pensamento de Santomé (2003, p. 72-3) quando afirma:

Essa mesma filosofia neoliberal e conservadora de fundo, que explica muitas das mudanças que estão ocorrendo nos sistemas educacionais, servem para avaliar os novos papéis a serem desempenhados pelo diretor ou diretora das escolas. Atualmente, pretende-se que eles sejam um dos pilares dessa transformação das instituições escolares em empresas, e que adaptem as estruturas e condições de

trabalho às necessidades das novas sociedades mercantilizadas.

Por meio do sistema de descentralização dos recursos destinados às instituições públicas de ensino, os diretores de escolas, individualmente ou através de colegiados, assumiram novas funções no cenário escolar, notadamente em seus aspectos financeiros e administrativos (administração recursos financeiros, gerenciamento da merenda escolar, organização da avaliação institucional, etc). Nesse emaranhado de atribuições, os aspectos pedagógicos do trabalho dos diretores de escolas ficam debilitados e o seu papel fica redimensionado a uma espécie de “gerente de produção” das escolas.

Esse modelo de educação empresarial visa prover o trabalho pedagógico e a gestão escolar com um caráter mais moderno, em sintonia com a qualidade, produtividade, racionalidade e eficiência dos outros setores do mercado, conforme reza os ensinamentos do neoliberalismo aplicados à esfera educacional.

A EDUCAÇÃO COMO INVESTIMENTO

A ideia de educação como investimento se traduz numa das principais referências para aqueles que veem a educação como um meio de ascensão social e, em nível macroeconômico, como passaporte para o desenvolvimento, sobretudo para os países periféricos. Ela se converte na redentora das mazelas sociais das nações pauperizadas, ocultando a própria dinâmica do modo de produção capitalista como geradora das desigualdades entre pessoas e nações.

O seu suporte teórico tem apresentado como referência a Teoria do Capital Humano que tem como um de seus pioneiros Schultz (*o capital humano-1973*). Segundo ele, a educação é concebida como produtora de capacidade de trabalho, se constituindo, portanto, num

investimento como qualquer outro. Segundo Frigotto (1989, p.41)

O conceito de capital humano [...] busca traduzir o montante de investimento que uma nação faz ou os indivíduos fazem, na expectativa de retornos adicionais futuros. Do ponto de vista macroeconômico, o investimento no ‘fator humano’ passa a significar um dos determinantes básicos para aumento da produtividade e elemento de superação do atraso econômico. Do ponto de vista microeconômico, constitui-se no fator explicativo das diferenças individuais de produtividade e de renda e, conseqüentemente, de mobilidade social.

A difusão dessa política de capital humano vem sendo orquestrada pelos “cérebros neoliberais”, por intermédio de órgãos como o Banco Mundial e o FMI, dando prioridade ao conhecimento técnico em detrimento da criatividade e de uma formação humanista. Analisando documentos do Banco Mundial (1993), Coraggio (2003, p. 99) infere que:

Neste modelo, uma correlação histórica positiva entre as taxas de crescimento econômico e certos indicadores de variação no estoque de *capital humano* (grifo nosso) é interpretada como sinal de que o investimento em educação é uma via para o desenvolvimento porque – segundo os documentos- o gasto em educação equivale a investir no capital humano, gerando assim um aumento de renda.

Sob os auspícios do neoliberalismo, a teoria do capital humano procura justificar as desigualdades de classe a partir de aspectos individuais, mascarando as contradições do modo

de produção capitalista enquanto geradoras dessas desigualdades, contribuindo assim para a manutenção e reprodução dos valores disseminados pela sociedade burguesa. Dessa forma, reforça a visão de meritocracia no processo educativo, na qual o esforço e a “vocação” justificariam o sucesso e a ascensão dos indivíduos no meio escolar e fora dele. Trata-se, enfim, de uma concepção de *self made man* revisitada.

De acordo com essa teoria, quanto maior a formação recebida pelo indivíduo, maiores benefícios econômicos ele teria. Todavia, o que se pode desvelar, na realidade, é que essa relação direta e simplista não condiz com o que efetivamente ocorre no mercado de trabalho. O que temos observado é o aviltamento da renda dos trabalhadores com formação centrada nas ciências humanas, ao mesmo tempo em que se valorizam financeiramente aqueles cuja formação diz respeito às ciências exatas e tecnológicas. Sendo assim, encontramos em profusão, por exemplo, graduados ou especialistas em Engenharia com níveis de renda iguais ou superiores a doutores em Filosofia.

Em suma, podemos dizer que a teoria do capital humano não leva em conta as dimensões políticas, históricas e culturais subjacentes ao processo educativo. O acesso à escolaridade se justifica enquanto instrumento viabilizador de ascensão social e progresso econômico. A dimensão humana, em sua totalidade, é esquecida. Fundamentos como a ética, a solidariedade e a justiça social tornam-se alheios ao ambiente escolar, onde passa a imperar a lógica da competitividade e do individualismo, ou seja, uma formação voltada para atender ao mercado do capital.

UMA FORMAÇÃO “POLIVALENTE” A SERVIÇO DO CAPITAL

As últimas décadas do século XX fez emergir uma série de transformações nas estruturas produtivas do modo de produção

capitalista, viabilizadas pelo avanço técnico e científico, a partir da tríade apresentada por Schaf (1995): microeletrônica, engenharia genética e novas fontes de energia. Tais transformações vieram a solapar o modelo produtivo baseado nos pressupostos fordistas-tayloristas, no qual a especialização do trabalho e a produção em massa configuravam um mercado de consumo *standardizado*.

Nesse sentido, a educação do trabalhador era vista sob a perspectiva do treinamento e adestramento, condição que se adequava à rigidez desse modelo produtivo, face às condições históricas existentes no seio da sociedade capitalista. Nas escolas, esse modelo se traduziu na crescente fragmentação do conhecimento e na especialização do trabalho pedagógico.

Com base nas novas tecnologias de produção, o paradigma neoliberal passa a viabilizar uma estrutura produtiva centrada no *Toyotismo*, o qual se configura como um modelo mais eficiente, face às necessidades impostas pela globalização e mundialização da economia, mediante o aumento da competitividade e a flexibilização dos mercados. A esse respeito, Frigotto (2007, p. 41) infere que

Os novos conceitos abundantemente utilizados pelos homens de negócios e seus assessores – globalização, integração, flexibilidade, competitividade, qualidade total, participação, pedagogia da qualidade e a defesa da educação geral, formação polivalente e ‘valorização do trabalhador’ – são uma imposição das novas formas de sociabilidade capitalista tanto para estabelecer um novo padrão de acumulação quanto pra definir as formas concretas de integração dentro da nova reorganização da economia mundial.

As novas tecnologias aplicadas ao processo produtivo, com destaque para a robótica e a informática, visam otimizar tempo, espaço e energia, aumentar a produtividade e maximizar as taxas de lucro. Nesse processo de reconversão tecnológica, o trabalhador passa a adquirir um novo papel, a fim de se adequar aos novos ditames impostos pela redefinição da base produtiva. Dessa nova configuração emerge a ideia do trabalhador “polivalente”, o qual deve ter conhecimento de todo o processo produtivo e não apenas de uma fração dele.

No campo da educação, isso se traduz na valorização da educação geral, de cunho mais abstrato, capaz de se “adaptar” às inovações tecnológicas, cuja mutabilidade tem apresentado um ciclo cada vez mais curto. No que concerne aos conteúdos, eles devem ser orientados na perspectiva da apreensão de conhecimentos que permitam a policognição, capaz de lidar com a improvisação e com o trabalho em equipe.

Ao contrário do que possa parecer, essa reorganização da estrutura produtiva que impacta na esfera educacional, longe de se constituir na redenção do trabalhador, em verdade se configura como mais uma construção ardilosa do capital no sentido de garantir a sua reprodução ampliada, à luz de uma falsa valorização da condição humana do trabalhador. O desemprego estrutural e a crescente terceirização de serviços nas empresas desvelam o real sentido do modelo *Toyotista* de produção. Nessa perspectiva, Frigotto (2007, p. 41) alerta que:

A súbita redescoberta e valorização da dimensão humana do trabalhador estão muito mais afetadas a sinais de limites, problemas e contradições do capital na busca de redefinir um novo padrão de acumulação com a crise de organização e regulação fordista, do que a

autonegação da forma capitalista de relação humana.

Colocando-se nesses termos, fica evidenciado que o discurso de uma educação voltada para a formação polivalente do trabalhador não significa, necessariamente, uma concepção que vise agregar um componente crítico e criativo ao conhecimento, condição precípua a “humanização” do ser humano, enquanto sujeito ativo na busca de uma sociedade mais justa e solidária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muitas são as articulações entre o ideário neoliberal e a educação. Para efeito dos objetivos desse artigo nos debruçamos apenas sobre a falácia da qualidade total em educação não por ser considerada mais importante, mas pelo fato de estar mais relacionada às nossas vivências enquanto educadores de escolas públicas e, também, devido a uma razoável literatura existente sobre o aspecto aqui relacionado. Todavia, reconhecemos que questões como educação a distância, Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), terceirização de serviços nas escolas, entre outras, apresentam intrínsecas relações com o discurso neoliberal, os quais, em que pese os estudos já existentes a esse respeito, apresentam amplas possibilidades de investigação por aqueles que lançam um olhar crítico sobre a educação brasileira.

Ao projetar uma visão sobre o modelo neoliberal para a educação, é mister considerar que nenhum tipo de reforma, modelo ou prática introduzida no campo educacional é desprovida de um arcabouço ideológico legitimado por uma base produtiva que lhe dá sustentação e que, em última análise, nos remete ao modo de produção dominante em nossa sociedade. Os “modismos” e as inovações que invadem o ambiente escolar não



são feitas de forma desinteressada e neutra, mas traz, em sua essência, o caráter de ser um agente de reprodução dos interesses da classe dominante, no sentido de perpetuar o modo de produção capitalista.

Assim, concluímos que a atual conjuntura educacional do Brasil recebe influência do neoliberalismo, com práticas econômicas que interferem de forma negativa no setor educacional e para que a mesma possa se transformar, possibilitando uma revisão nas diretrizes e na qualidade da educação nacional, torna-se necessário um rompimento com algumas reformas educacionais propostas pelo sistema neoliberal. Sabemos que esse rompimento não compete somente a nós, educadores, mas podemos tentar encontrar as fissuras que, no meio desse emaranhado de articulações, nos permita desenvolver o exercício da crítica, desprovida de posturas apologéticas, no sentido de propor alternativas que viabilizem a construção de um modelo educativo comprometido com a emancipação e a edificação da dignidade humana.

REFERÊNCIAS

- CORAGIO, José L. Propostas do banco mundial para a educação: sentido oculto ou problemas de concepção? In: TOMMASI, Livia de; WARDE, Mirian J.; HADDAD, Sérgio. (Orgs.). **O Banco mundial e as políticas educacionais**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2003.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e formação humana: ajuste neoconservador e alternativa democrática. In: GENTILI, Pablo A.; SILVA, Tomaz T. da. (Orgs.). **Neoliberalismo, qualidade total e educação: visões críticas**. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.
- _____. **A produtividade da escola improdutiva**. São Paulo: Cortez, 1989.
- GENTILI, Pablo A. O discurso da “qualidade” como nova retórica conservadora no campo educacional. In: GENTILI, Pablo A.; SILVA, Tomaz T. da (Orgs.). **Neoliberalismo, qualidade total e educação: visões críticas**. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.
- SANTOMÉ, Jurjo T. **A educação em tempos de neoliberalismo**. Trad. de Cláudia Schilling. Porto Alegre: ARTMED, 2003.

SCHAFF, Adam. **A sociedade Informática: as consequências sociais da segunda revolução industrial**. Trad. Carlos Eduardo Jordão Machado, Luis Arturo Obojes. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

SHULTZ, T. **O capital humano: investimento em educação e pesquisa**. Trad. de Marco Aurélio de M. Matos. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.